

Radar da Saúde

Um balanço do monitoramento
do IEPS sobre temas estratégicos
para aprimorar a Saúde no Brasil



Apresentação

O Radar da Saúde é uma iniciativa do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) que oferece um balanço contextualizado das principais ações do Executivo Federal e do Congresso Nacional em temas estratégicos para a saúde no Brasil.

O material busca fornecer à sociedade civil um panorama conciso sobre pautas, projetos e deliberações que impactam a saúde pública, contribuindo para o fortalecimento do controle social e da participação nos debates sanitários.

As informações sistematizadas nesta edição resultam do monitoramento contínuo de aproximadamente duzentas palavras-chave definidas como estratégicas para a atuação de incidência política do IEPS. O acompanhamento é realizado com base em sites oficiais da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Executivo e de outros órgãos relevantes, além de portais de notícias e outras fontes públicas. A produção do conteúdo é feita pela Diretoria de Relações Institucionais do IEPS em parceria com a consultoria Eixo Estratégia Política.



IEPS
Instituto de Estudos
para Políticas de Saúde

UMCINE

eixo
ESTRATÉGIA POLÍTICA

O QUE ACOMPANHAMOS DE PERTO?

Legislativo

No Congresso Nacional, a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados e a Comissão de Assuntos Sociais do Senado são as principais responsáveis pelas discussões e pela formulação de políticas relacionadas à saúde no Brasil no âmbito do Legislativo Federal. Também monitoramos a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, além de outras comissões que analisam temas relacionados à saúde pública.

Executivo

O Ministério da Saúde (MS) e seus órgãos vinculados, assim como a Presidência da República, são as principais instâncias que monitoramos, dada a relevância na pauta da saúde. Além disso, acompanhamos também outros ministérios, como o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; o Ministério da Educação; e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que possuem Secretarias e Programas em temas relacionados à saúde.

Sumário

Destaques da saúde pública em maio e junho de 2025 6

Atenção Especializada 7


- Lançamento do programa Agora Tem Especialistas
- Normativas publicadas e compensação fiscal
- Projeto de telemedicina do Proadi-SUS
- Proposta de reorganização da atenção especializada
- Ações voltadas à saúde indígena

Saúde Suplementar 11

- Audiência pública amplia pressão sobre a ANS
- Sandbox regulatório avança, mas gera controvérsias
- Nova ferramenta mapeia falhas de cobertura
- Crescimento no número de beneficiários de planos
- STJ decide sobre cobertura de canabidiol

Vigilância em Saúde 13

- Novas estruturas para resposta a emergências
- Brasil aprova tratado global sobre pandemias

Essa publicação contém **links clicáveis** para aprofundamento 

Sumário

Recursos Humanos 14

- Exame de proficiência médica em debate
- Ações para ampliar formação de especialistas
- Comissão especial sobre agentes comunitários

Orçamento da Saúde 17

- Novas diretrizes para uso de emendas parlamentares
- Mudança no uso de emendas parlamentares

Saúde Mental 19

- PL sobre saúde mental e ambientes digitais
- Lançamento do Painel Saúde Mental e Medida de Segurança
- Agenda Legislativa da Saúde Mental 2025–2026
- Pesquisa sobre uso de celulares nas escolas
- Discussões sobre tributação de apostas eletrônicas

Atenção Primária 22

- Novos indicadores para repasses financeiros
- Projeto do Conass sobre organização em rede

O que foi apresentado no Congresso Nacional 23

Destaques da saúde pública em maio e junho de 2025

Esta edição do Radar da Saúde destaca as movimentações do Executivo e do Legislativo entre maio e junho de 2025 que impactam diretamente o sistema de saúde, seja no enfrentamento de desafios, na resposta a pressões sociais ou na defesa de interesses diversos.

O lançamento do programa Agora Tem Especialistas marcou o período com a promessa de expansão do acesso a atendimentos especializados no SUS, apoiado por um conjunto de normas e estratégias de implementação.

No Legislativo, a saúde suplementar ganhou destaque com críticas à atuação da ANS e debates sobre mudanças regulatórias que podem afetar beneficiários e o SUS como um todo. A proposta de criação de planos com cobertura restrita, no formato de sandbox regulatório, gerou reações públicas e disputas judiciais, levando à desaceleração da iniciativa e à criação de uma câmara técnica para ampliar o debate sobre o tema. Já na saúde mental, avançaram discussões sobre a regulação de ambientes digitais e a proteção de crianças e adolescentes, tema também presente na agenda lançada em maio pela Frente Parlamentar de Saúde Mental.

A atuação do Brasil em negociações internacionais sobre pandemias, os avanços na organização da vigilância em saúde e a proposição de novos critérios de financiamento para a atenção primária, com a inclusão de indicadores de qualidade, mostram como diferentes medidas têm potencial de afetar a saúde pública. Este material busca contribuir para que a sociedade civil e demais interessados possam acompanhar de perto as decisões que influenciam os rumos do SUS.

Atenção Especializada

Ministério da Saúde lança e detalha programa Agora Tem Especialistas, voltado à ampliação da oferta de atendimento especializado no SUS

O programa Agora Tem Especialistas foi lançado em 30 de maio pelo Ministério da Saúde com o objetivo de ampliar a oferta de consultas, exames e cirurgias na rede pública. A iniciativa articula União, estados e municípios e prevê o uso de estruturas públicas, privadas e filantrópicas para reduzir o tempo de espera por atendimentos especializados no SUS.

Entre as ações previstas estão o credenciamento de serviços, realização de mutirões, ampliação de turnos em unidades públicas e envio de carretas móveis para regiões com menor cobertura. A contratação poderá ser feita por estados e municípios ou, de forma complementar, por instituições como a AgSUS e o Grupo Hospitalar Conceição. O programa define seis áreas prioritárias: oncologia, ginecologia, cardiologia, ortopedia, oftalmologia e otorrinolaringologia.

Estabelecimentos com e sem fins lucrativos poderão prestar serviços ao SUS com possibilidade de gerar créditos financeiros, limitados a R\$ 2 bilhões por ano, que poderão ser usados para abatimento de dívidas com a União ou compensação de débitos futuros. O valor será distribuído proporcionalmente por região. Também está prevista a exigência de ressarcimento dos planos de saúde ao SUS por atendimentos prestados a seus beneficiários. A estimativa do governo é alcançar até 1,2 milhão de atendimentos por mês.

Durante o 38º Congresso do Conasems, foram anunciados R\$ 834 milhões para a ampliação da oferta de serviços especializados, além de recursos para vacinação e resposta a emergências em quatro estados.

No campo da oncologia, o programa prevê a aquisição de 121 aceleradores lineares até 2026 e a criação do Super Centro Brasil para Diagnóstico de Câncer. A estrutura contará com serviços de teleconsultoria, telelaudos e telepatologia, com participação do Instituto Nacional de Câncer (Inca) e do A.C. Camargo Câncer Center. Segundo o Ministério da Saúde, a rede deve iniciar com capacidade para emissão de mil laudos por dia.



Principais normativas publicadas sobre o programa Agora Tem Especialistas

Desde o lançamento do programa Agora Tem Especialistas, diversas normas foram publicadas para viabilizar sua execução em diferentes frentes. Abaixo, estão os principais atos normativos e ações relacionadas:

- **Medida Provisória nº 1301/2025:** Institui o Programa Agora Tem Especialistas, dispõe sobre o Grupo Hospitalar Conceição S.A., altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e a Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019.

Entre 2 e 6 de junho, a MP recebeu 111 emendas no Congresso, com propostas que incluem ampliar especialidades e categorias profissionais atendidas; envolver clínicas e novos prestadores; assegurar transparência e controle; diferenciar critérios para a região Norte; limitar participação do setor privado; e transferir a definição de especialidades ao CFM ou ao próprio Congresso.



- **Medida Provisória nº 1301/2025:** Institui o Programa Agora Tem Especialistas, dispõe sobre o Grupo Hospitalar Conceição S.A., altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e a Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019.
- **Portaria GM/MS nº 7.061/2025:** autoriza ações imediatas do programa Agora Tem Especialistas, com foco em reduzir filas para consultas, exames e cirurgias, especialmente em áreas como oncologia, cardiologia e ginecologia.
- **Portaria GM/MS nº 7.266/2025:** institui o programa Agora Tem Especialistas no âmbito do Ministério da Saúde.
- **Portaria GM/MS nº 7.307/2025:** define regras de adesão de hospitais privados e filantrópicos ao programa, incluindo critérios para geração de créditos financeiros por serviços prestados ao SUS.
- **Portaria Conjunta MF/MS nº 10/2025:** regulamenta os créditos financeiros a serem concedidos aos prestadores por meio do programa.
- **Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 11/2025:** estabelece o Programa Agora Tem Especialistas – Fazenda, voltado à compensação de dívidas tributárias com prestação de serviços ao SUS.
- **Portaria GM/MS nº 7.046/2025:** institui o Comitê de Acompanhamento para implantação, implementação e operacionalização do Programa Agora tem Especialistas no âmbito do Ministério da Saúde.

Publicadas normas sobre adesão de hospitais ao Programa Agora Tem Especialistas e compensação fiscal

Portarias conjuntas dos Ministérios da Saúde e da Fazenda regulamentaram o funcionamento do Componente Créditos Financeiros do programa Agora Tem Especialistas. As normas definem que hospitais privados e filantrópicos com pendências tributárias passam a poder prestar serviços ao SUS em troca de compensação fiscal. Os critérios preveem descontos, parcelamentos e geração de créditos a partir da produção efetiva de serviços, com foco nas especialidades prioritárias do Programa mencionadas acima.

Projeto de telemedicina apresenta dados sobre atendimento especializado

Durante reunião técnica do Conass, foram apresentados **dados do projeto de assistência médica especializada por meio de telessaúde** no âmbito do Proadi-SUS, que evitou mais de 90% dos encaminhamentos para atenção especializada nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O projeto mostrou impacto sobre o tempo de espera, a formação profissional e o uso de tecnologias na assistência, além de gerar economia ambiental e financeira.

Ministério apresenta proposta para reorganização da atenção especializada

A Secretaria de Atenção Especializada à Saúde apresentou os eixos de reestruturação da atenção especializada, incluindo provimento de profissionais, formação de preceptores, integração digital e ampliação da oferta ambulatorial em ginecologia. Nesta frente, foi anunciado o investimento anual de R\$ 300 milhões para a nova Oferta de Cuidados Integrados (OCI) em ginecologia, com foco na atenção ambulatorial de média complexidade. A expectativa é atender mulheres em idade fértil em todo o território nacional. Também foi anunciada a elaboração de norma para o Componente SUS Digital, com foco na interoperabilidade de sistemas, prontuário eletrônico e comunicação com usuários. Dados do Censo Nacional das UBSs, que identificou fragilidades estruturais e tecnológicas, servirão de base para novos investimentos.

Ações relacionadas à saúde indígena incluem monitoramento e propostas de integração

A Secretaria de Saúde Indígena instituiu grupo de trabalho para propor programa em medicinas tradicionais no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

Informações do Centro de Operações de Emergências Yanomami apontam queda nos óbitos em 2024 por causas evitáveis, aumento de profissionais atuando na região e ampliação da cobertura vacinal. Foram relatadas ainda dificuldades de acesso, barreiras culturais e desafios de integração entre os subsistemas.

Saúde Suplementar

Audiência pública amplia pressão sobre a ANS e reforça críticas ao setor

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado realizou, no dia 8 de maio, **audiência pública** para discutir mudanças nos planos de saúde, com críticas à atuação da ANS e preocupações com propostas em debate. Entre os temas abordados, destacaram-se os cancelamentos unilaterais de planos coletivos, a ausência de planos individuais no mercado, a proposta de planos de cobertura reduzida e a suposta restrição ao acesso à mamografia. Representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Ministério da Justiça, da sociedade civil e da ANS apresentaram posições divergentes sobre o modelo regulatório vigente, ressaltando a necessidade de maior transparência, fiscalização e proteção aos usuários.

Proposta de planos com cobertura restrita desacelera e criação de Câmara Técnica abre espaço para ampliar o debate sobre o tema

A proposta de implementação de um produto com cobertura restrita a consultas eletivas e exames, em regime de sandbox regulatório, motivou reações públicas e disputas jurídicas. A ANS esclareceu que não se trata da criação de um plano obrigatório, mas de um piloto regulatório voltado à ampliação do acesso à atenção primária e secundária.

A proposta foi discutida na 5ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada da Agência, realizada em 23 de maio, que deliberou pela criação de uma Câmara Técnica para tratar do tema. A medida também foi respaldada por decisão da 19ª Vara Federal de São Paulo, que validou a **Resolução Normativa nº 621/2024. A PORTARIA-PRESI nº 12/2025** formalizou a criação da Câmara Técnica.

Setor registra crescimento no número de beneficiários

A ANS divulgou em maio os dados de beneficiários de março de 2025. Os planos médico-hospitalares somaram 52,1 milhões de usuários, com crescimento de 836,6 mil em relação a março de 2024, o que representa um aumento de 1,63%. Os planos exclusivamente odontológicos alcançaram 34,6 milhões de beneficiários, com aumento de 2 milhões no mesmo período.



Inflação de planos de saúde no Brasil supera a média internacional

A **Nota Técnica n. 37 - Inflação de planos de saúde no Brasil em perspectiva comparada**, publicada pelo IEPS em 29 de junho, mostra que, entre 2006 e 2024, os preços dos planos de saúde no Brasil cresceram quase o dobro da inflação medida pelo IPCA. A análise comparada indica que o país teve um dos maiores aumentos entre os países analisados, superando inclusive Alemanha, França e Estados Unidos. O estudo alerta para os riscos de exclusão de consumidores e maior pressão sobre o SUS, e destaca a importância de políticas regulatórias e estratégias de controle de custos para garantir a sustentabilidade do setor.



STJ nega cobertura obrigatória de canabidiol para uso domiciliar

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que operadoras de planos de saúde não são obrigadas a fornecer medicamentos à base de canabidiol para uso domiciliar, salvo em hipóteses previstas em lei, contrato ou regulamentação. A decisão unânime reafirma limites da cobertura obrigatória no setor.

Vigilância em Saúde

Ministério da Saúde cria estruturas para monitoramento e resposta a emergências

Três novas medidas marcaram os avanços recentes na estruturação da vigilância em saúde. A [**Portaria SVSA/MS nº 125 de 2025**](#) instituiu grupo de trabalho responsável por elaborar a metodologia de monitoramento do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS), com competências como visitas in loco às secretarias estaduais, produção de relatórios e definição de fluxos de cooperação entre os entes federados. Já a [**Portaria GM/MS nº 6.918 de 2025**](#) criou a Sala de Situação Nacional de Emergências Climáticas em Saúde, que deverá propor protocolos e planos de contingência, articular as secretarias do Ministério da Saúde e produzir relatórios técnicos mensais sobre a situação epidemiológica. Também foi publicada a [**Portaria nº 781 de 2025**](#), que define os princípios e diretrizes para o enfrentamento de emergências em saúde pública no âmbito da Anvisa.

Brasil participa da aprovação de tratado global sobre pandemias

Durante a 78ª Assembleia Mundial da Saúde, realizada em Genebra, o Brasil votou a favor do novo Acordo de Pandemias, que estabelece compromissos legais para uma resposta internacional mais equitativa a futuras emergências sanitárias. O tratado inclui diretrizes sobre acesso a medicamentos, fortalecimento da produção local e atenção a grupos vulneráveis. O país teve papel ativo nas negociações, ocupando a vice-presidência do Órgão de Negociação Intergovernamental e copatrocinando a resolução final. Também participou da mediação de temas sensíveis, como o Sistema de Acesso e Repartição de Benefícios de Patógenos (PABS), voltado ao compartilhamento de dados e tecnologias em contextos pandêmicos.

Recursos Humanos

Proposta sobre exame de proficiência médica ganha destaque no Legislativo e entre entidades da área

A discussão sobre a criação de um exame nacional de proficiência para médicos têm repercutido no Congresso. O [PL 2294/2024](#), de autoria do senador Marcos Pontes (PL/SP), aguarda realização de audiência pública para discussão sobre o tema no Senado. A proposta sugere a aplicação da prova como requisito para o exercício da profissão, com realização pelos Conselhos Regionais de Medicina e coordenação do CFM. A obrigatoriedade valerá apenas para estudantes que iniciarem o curso após a publicação da lei.

Na Câmara, o tema também foi discutido em **audiência pública** promovida pela Comissão de Saúde, que reuniu representantes do MEC, do Ministério da Saúde, de entidades médicas e de instituições de ensino. As opiniões se dividiram entre propostas de exame ao final do curso e alternativas como avaliação progressiva e responsabilização das instituições formadoras. Também houve críticas à expansão do ensino à distância e à mercantilização da formação médica.

Em maio, o Conselho Federal de Medicina **divulgou pesquisa** com aproximadamente 45 mil médicos, segundo a qual 90% são favoráveis à criação do exame, 82% acreditam que ele pode melhorar o ensino e 92% defendem a aplicação a médicos formados no exterior. No fim de junho, o CFM realizou reunião com representantes do Royal College of Physicians do Canadá para debater critérios técnicos e modelos de exame de proficiência, além de encontro com o senador Marcos Pontes (PL/SP), autor do projeto em tramitação no Senado.



Expansão de vagas em Medicina e os desafios de qualidade e regulação

O **Boletim Radar Mais SUS n. 4/2025 – Oferta e demanda no ensino superior em saúde no Brasil** mostra que, entre 2010 e 2023, o número de vagas em cursos de Medicina cresceu 3,6 vezes, sendo 82% dessa expansão concentrada no setor privado. No mesmo período, a concorrência caiu pela metade, passando de 32,9 para 16,8 candidatos por vaga, com destaque para a queda em instituições privadas: de 18,2 para 6,5. Além da expansão desordenada, os dados do ENADE revelam pior desempenho médio das instituições privadas (nota 3,08) em comparação às públicas (nota 3,91). Esses dados reforçam as preocupações com a qualidade da formação médica no país, ponto central das discussões sobre a criação de um exame nacional de proficiência.



Ministério da Saúde anuncia ações para ampliar a formação de especialistas

O **Ministério da Saúde lançou edital para estimular a criação de novos programas de residência médica** em regiões com menor cobertura assistencial. A iniciativa prioriza áreas como ginecologia, oncologia, pediatria, neonatologia, cardiologia, entre outras. Instituições com estrutura adequada, articulação com o SUS e localizadas em regiões com menor densidade de especialistas terão prioridade. O objetivo é fortalecer a rede pública e reduzir desigualdades regionais.

Também foi anunciada a criação de 3.500 bolsas vinculadas ao programa Agora Tem Especialistas, sendo 3 mil para novas residências a partir de 2026 e 500 para atuação direta na rede pública já em 2025. A formação contará com apoio técnico e pedagógico dos hospitais do Proadi-SUS, que funcionarão como polos formadores. O edital está previsto para setembro e dará ênfase à formação em áreas prioritárias como Anestesiologia e Oncologia, com incentivo à atuação em regiões como Amazônia Legal e Nordeste.

Instalada comissão especial sobre proteção social de agentes comunitários

A Câmara dos Deputados instalou a **Comissão Especial sobre Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias**, destinada a analisar a **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 14/2021**, que trata da criação de um Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias.

A PEC propõe concurso público como forma de ingresso, regulamentação do vínculo empregatício, aposentadoria especial com 25 anos de serviço em condições insalubres, paridade de pensão e suplementação federal para garantir o piso salarial. O deputado Doutor Luizinho (PP/RJ) foi eleito presidente e o deputado Antonio Brito (PSD/BA) será o relator.



Radar Mais SUS - Tendências na provisão e distribuição na oferta de profissionais de saúde no Brasil

O **Boletim Radar Mais SUS n. 5/2025 – Tendências na provisão e distribuição na oferta de profissionais de saúde no Brasil**

analisou a evolução do número e da distribuição de profissionais de saúde no país entre 2010 e 2023, com foco especial naqueles que atuam no SUS. Os dados mostram que, embora os ACS sejam fundamentais para a Atenção Primária, sua taxa por mil habitantes cresceu muito pouco no período (apenas 0,05) e sua distribuição segue desigual. Enquanto mais da metade dos municípios do Norte têm mais de três ACS por mil habitantes, no Sudeste esse índice não chega a 11%. Além disso, a razão entre ACS e Equipes de Saúde da Família recuou 34,6% no período, indicando que a expansão das equipes não tem sido acompanhada pela necessária ampliação dos agentes.

Orçamento da Saúde

Publicadas novas diretrizes para uso de emendas parlamentares individuais em 2025

O Ministério da Saúde publicou a **Portaria GM/MS nº 6.904/2025** com novas regras para a aplicação de emendas parlamentares individuais destinadas ao SUS no exercício de 2025.

As diretrizes exigem maior alinhamento com os planos de saúde locais, detalhamento dos planos de trabalho e observância à **Lei Complementar nº 210/2024** e a **decisões recentes do STF**. As mudanças preveem que os recursos contribuam para ampliar o acesso à saúde, com foco em áreas como atenção primária, combate a doenças prioritárias e modernização tecnológica. Gestores locais terão papel mais ativo na execução e fiscalização, e os conselhos de saúde deverão acompanhar a aplicação dos recursos. Para a aquisição de equipamentos e veículos, será necessário apresentar um plano de ação com justificativa.

Mudança no uso de emendas parlamentares permite pagamento de profissionais da saúde

O Congresso Nacional aprovou em junho o **Projeto de Resolução nº 3/2025**, que altera a **Resolução nº 1/2006-CN** para modificar o rito de apresentação e indicação de emendas às leis orçamentárias. A nova norma permite que emendas de comissão e de bancada sejam usadas para pagar salários de profissionais de saúde. O uso de emendas individuais para essa finalidade continua vedado. A medida **gerou críticas de parlamentares contrários** ao uso de emendas não permanentes para custeio de pessoal e aos riscos de distorções federativas e eleitorais. A resolução foi apresentada em 13 de junho, aprovada em 17 de junho e promulgada em 24 de junho.



Riscos da nova norma sobre emendas parlamentares

A autorização para uso de emendas de bancada e comissão no pagamento de salários de profissionais da saúde, aprovada pelo Congresso em junho, agrava distorções já críticas no financiamento do SUS.

A medida compromete a sustentabilidade fiscal de estados e municípios, ao atrelar despesas permanentes a receitas instáveis; e abre espaço para práticas clientelistas, especialmente em contextos eleitorais. Além disso, a alteração foi feita por resolução do Congresso, contornando a Lei de Responsabilidade Fiscal e normas do Ministério da Saúde, o que pode levar à judicialização da medida.

Saúde Mental

Debate legislativo discute saúde mental infantil e ambientes digitais

A Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados realizou, no dia 7 de maio, [audiência pública](#) sobre os impactos dos ambientes digitais na saúde mental infantil, com foco no [PL 2628/2022](#), que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. O debate tratou da responsabilidade das plataformas na proteção de dados e na exposição a conteúdos nocivos, e destacou a urgência de uma regulação técnica alinhada a padrões internacionais. Especialistas, representantes da sociedade civil, do governo e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) apontaram lacunas no texto atual e propuseram medidas como campanhas de conscientização, verificação etária, comitês intersetoriais, avaliação de risco sistêmico e vedação à publicidade infantil. Também foram discutidas a inclusão das casas de apostas como conteúdo prejudicial e a importância de manter a autoridade da ANPD na fiscalização.

Lançado painel sobre saúde mental e medida de segurança

O Conselho Nacional de Justiça, o Conass, o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça lançaram o **Painel Saúde Mental e Medida de Segurança**. A ferramenta busca qualificar a gestão de dados sobre pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei, integrando ações de saúde, justiça, assistência social e segurança pública. A iniciativa está vinculada à Política Antimanicomial do Judiciário e ao plano Pena Justa.

Frente Parlamentar apresenta agenda legislativa sobre saúde mental

A **Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental (FPSM)** lançou sua agenda para o biênio 2025–2026 com propostas para fortalecer a saúde mental como política pública transversal. As prioridades incluem a proteção de crianças e adolescentes diante do uso de tecnologias, impactos na saúde mental no ambiente de trabalho e crescimento da ludopatia. O evento contou com representantes do governo, sociedade civil e especialistas, que discutiram temas como comunidades terapêuticas, psicoterapia, racismo ambiental e violência nas escolas.



Conheça a Agenda Legislativa da Saúde Mental 2025–2026

A nova **Agenda Legislativa** da FPSM já está disponível. O documento reúne prioridades legislativas em quatro temas: Internet e Proteção de Crianças e Adolescentes; Tratamento, Monitoramento e Fiscalização; Minorias Sociais e Direitos Humanos; e Saúde Mental dos Trabalhadores. A iniciativa é parte do esforço da Frente para consolidar a saúde mental como política de Estado, avançando nos desafios atuais. Saiba mais no **Boletim FPSM nº 22 – Maio/2025**.



Pesquisa apresenta dados sobre implementação da lei que restringe celulares nas escolas

Foi apresentado estudo conduzido pela iniciativa Equidade.info, em parceria com a Frente Parlamentar da Educação, sobre a implementação da Lei nº 15.100/2025, que trata da restrição ao uso de celulares nas escolas. O levantamento foi feito em cerca de 200 escolas do ensino básico e mostrou que a maioria dos alunos, professores e gestores reconhece desafios na redução do tempo de tela. Foram identificadas variações por etapa escolar e região, além de divergências de percepção entre estudantes e docentes sobre os usos do celular. A pesquisa também apontou dificuldades na comunicação das regras e na infraestrutura para guarda dos aparelhos, além de práticas punitivas adotadas pelas escolas. Parlamentares destacaram o potencial da política para promover mudanças culturais e sugeriram ajustes na regulamentação e campanhas de conscientização.

Governo avalia antecipação de tributos sobre apostas eletrônicas

O vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou que o governo federal pode trabalhar com o Congresso Nacional para antecipar a cobrança do imposto seletivo previsto na reforma tributária, incluindo a tributação sobre plataformas de apostas (bets). O tema está relacionado ao debate mais amplo sobre o impacto das apostas online na saúde mental e o crescimento da ludopatia, também abordado na Agenda Legislativa 2025-2026 da Frente Parlamentar de Saúde Mental.

Atenção Primária

Ministério da Saúde apresenta novos indicadores para repasse de recursos

Foram **divulgados 15 novos indicadores de qualidade** que passam a compor os critérios para o cofinanciamento da Atenção Primária à Saúde. Organizados em três blocos (equipes de Saúde da Família, equipes multiprofissionais e equipes de Saúde Bucal), os indicadores integram a metodologia adotada em 2024 e visam apoiar a qualificação do cuidado. Os repasses financeiros consideram o desempenho das equipes, somando-se aos componentes fixo e de vínculo territorial, que já levam em conta critérios como vulnerabilidade social, cadastro e satisfação dos usuários.

Conass apresenta projeto de organização da atenção à saúde em rede

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) apresentou à OCDE o projeto de Planificação da Atenção à Saúde (PAS), que organiza de forma integrada os serviços de atenção primária, ambulatorial, especializada e hospitalar. Presente em 1.877 municípios, o modelo busca substituir a fragmentação do sistema por um cuidado contínuo e centrado nas condições crônicas. A apresentação destacou a sintonia da proposta com o **estudo internacional Patient-Reported Indicator Surveys (PaRIS)**, da OCDE, e ressaltou a importância de lideranças locais e parcerias institucionais. Também foi citada pesquisa nacional com 50 mil unidades básicas, que deverá subsidiar futuras políticas públicas.



IEPS e OCDE debatem novos caminhos para avaliar a atenção primária

No dia 23 de julho, o IEPS e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizam um evento aberto no Brasília Palace Hotel para marcar o lançamento do estudo “PaRIS – Patient-Reported Indicator Surveys” no Brasil. A pesquisa reúne dados inéditos sobre a experiência de pacientes na atenção primária em 19 países e deve contribuir para aprimorar a avaliação das políticas de saúde no Brasil.

PROJETOS DE LEI

O que foi apresentado no Congresso

Saúde mental

A relação entre o mercado de apostas e a saúde pública tem influenciado a formulação de proposições legislativas no Congresso. Entre os projetos apresentados, o **PL 2764/2025** trata da exigência de alertas sobre riscos de dependência em sites de apostas, enquanto sugestões legislativas como o **INS 44/2025** propõem o uso da arrecadação do setor para financiamento de ações na área da saúde. Também foram protocoladas propostas sobre terapias não convencionais, como o **PL 2824/2025**, que dispõe sobre o uso de técnicas de comicidade e de humor terapêutico para promover o bem-estar emocional e psicológico das pessoas, e sobre a inclusão de fatores psicossociais no gerenciamento de riscos ocupacionais (**PDL 351/2025**).



Gestão e organização do SUS

Foram apresentadas proposições voltadas à gestão do sistema público de saúde. O [PL 2585/2025](#) propõe a criação de metas de desempenho para o SUS, enquanto o [PL 2731/2025](#) trata da divulgação de informações sobre a revisão anual da tabela de remuneração de procedimentos.

Alimentação e nutrição

Três projetos apresentados tratam da regulação de alimentos ultraprocessados. O [PL 2923/2025](#) propõe restringir a comercialização, distribuição gratuita e publicidade desses produtos, incluindo bebidas gaseificadas e sucos industrializados, no interior de instituições de ensino. O [PL 3122/2025](#) busca proibir a oferta de refrigerantes, bebidas açucaradas e ultraprocessados em instituições privadas de educação básica. Já o [PL 2722/2025](#) estabelece novas exigências de rotulagem nutricional.

Vigilância em saúde

O [PL 3119/2025](#) propõe a criação do Programa Nacional “Mais Vacina”, com o objetivo de ampliar as coberturas vacinais por meio de ações integradas entre União, estados e municípios.

Transparência e monitoramento

O [PL 3215/2025](#) trata da criação de um painel nacional para o monitoramento e avaliação de políticas públicas, com indicadores e dados consolidados de acesso público.

Radar da Saúde

Edição 6 | MAIO – JUNHO /2025

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA POLÍTICAS DE SAÚDE

contato@ieps.org.br | imprensa@ieps.org.br

IEPS.ORG.BR

Siga nossos perfis nas redes sociais



RIO DE JANEIRO

Rua Lauro Müller, 116
Botafogo

SÃO PAULO

Rua Itapeva, 286,
CJ. 82 Bela Vista

BRASÍLIA

SBS Q. 2, Lote XV -
Edifício Prime Business
Convenience | Asa Sul



IEPS
Instituto de Estudos
para Políticas de Saúde

UMANE

eixo
ESTRATÉGIA POLÍTICA